

Nota Breve 03.09.2026

Portugal – Saldo orçamental volta a terreno positivo em julho (contabilidade pública)

Resumo

- Em contabilidade pública, o saldo orçamental das Administrações Públicas registou um excedente equivalente a 0.2% do PIB no acumulado do ano até julho¹, o que compara com o excedente de 1.3% registado em igual período de 2025, na mesma ótica. Esta deterioração do saldo orçamental resulta de um aumento da despesa largamente superior ao da receita.

Avaliação

- Os dados consolidados da execução orçamental (na ótica de caixa) revelam um excedente orçamental equivalente a 0.2% do PIB no acumulado dos primeiros sete meses do ano (ou seja, 282 milhões de euros), o que compara com um saldo positivo de 1.3% em igual período de 2025 (o equivalente a 2,322 milhões de euros). Este comportamento deriva do crescimento da despesa superior ao da receita (10.6% e 7.4% homólogo, respetivamente).

- No acumulado do ano até julho, a receita fiscal e contributiva registou um aumento homólogo de 5,247 milhões de euros, explicando 57% do aumento da receita total (a receita de IVA aumentou 6.8%, cerca de 979 milhões de euros, contribuindo com 2,7 p.p. para o crescimento homólogo da receita total, enquanto que os contributos vindos da receita de IRS e IRC se situaram em 1,1 p.p. e 1,6 p.p., respetivamente); as contribuições de Segurança social aumentaram 1,307 milhões de euros,

Variação homóloga das principais rubricas		
	Variação homóloga (milhões de euros)	Contribuição relativa p/ variação da receita/despesa
Receitas	5 247	-
Receita Fiscal	1 680	32%
Contribuições Seg.Social	1 307	25%
Outras receitas correntes	1 827	35%
Dividendos CGD	316	6%
Despesas	7 287	-
Despesas com pessoal	1 070	15%
Transferências Correntes	1 810	25%
Aquisição Bens e Serviços	1 753	24%
Pagamento dívidas vencidas do SNS	1 260	17%
Juros	469	6%
Investimento	1 622	22%

Fonte: BPI Research, com base nos dados da EO.

contribuindo com 1,8 p.p. para o crescimento homólogo da receita total. Ainda assim, o principal destaque da execução da receita nos primeiros sete meses do ano continua a ser o aumento das outras receitas correntes (+1,827 milhões de euros), explicado pela distribuição de dividendos da CGD (quase 990 milhões de euros em 2026, face a cerca de 672 milhões em 2025) e o recebimento de fundos europeus.

- No caso das despesas, não houve surpresa nas rubricas explicativas. Assim, a despesa pública aumentou 10.6% (+7,287 milhões de euros), destacando-se a aquisição de bens & serviços, as transferências correntes e o investimento. No primeiro caso, e tal como no mês anterior, o aumento de 1,753 milhões de euros é justificado pelo pagamento de dívidas vencidas do SNS e pagamentos de participações a beneficiários da ADSE; a Entidade Orçamental detalha que, sem estes efeitos, a aquisição de bens e serviços teria aumentado 5.1% em vez dos 18.9% observados. No caso das transferências correntes, o aumento (+1,810 milhões de euros) é explicado pelas pensões (quer pela atualização anual inscrita no OGE 2026, quer pelo aumento do número de pensionistas). Por fim, relativamente ao investimento (+1,622 milhões) concorrem vários fatores: destacam-se, de acordo com a Entidade Orçamental, os investimentos em alojamento estudantil, capitalização e inovação empresarial e compra de material circulante pela CP, no âmbito do PRR.
- A execução orçamental em contabilidade pública até julho continua alinhada com a nossa perspetiva mais pessimista para 2026. De facto, os eventos do início do ano (nomeadamente as tempestades e o

¹ De acordo com os nossos cálculos e considerando a previsão do BPI Research para o PIB em 2026.

conflito no Médio Oriente) trouxeram obstáculos acrescidos à execução orçamental de 2026 (já inicialmente desafiante perante, por exemplo, os empréstimos associados ao PRR, as medidas fiscais e as exigências decorrentes do compromisso com a NATO). **Mantemos, neste momento, a expectativa de que o saldo orçamental registe um ligeiro défice este ano (em contabilidade nacional), em torno de 0.2% do PIB.**

Execução Orçamental do total das Administrações Públicas

(Dados acumulados até julho de cada ano; % PIB, exceto quando mencionado outra medida)

<i>janeiro-julho</i>	2019	2024	2025	2026	Var. 2026 vs 2019	Taxa variação média 2019-2025 (%)*	Taxa variação 2025-2026 (%)
Receitas	39,7	39,4	39,8	42,8	3,1	8,2	7,0
Receita Fiscal	22,4	21,9	22,2	23,1	0,7	8,9	3,2
Contribuições Seg.Social	10,1	10,7	10,9	11,6	1,5	9,0	6,8
Despesas	40,1	38,9	38,5	42,6	2,6	6,4	11,3
Despesas com pessoal	9,7	9,4	9,7	10,3	0,5	7,0	6,3
Transferências Correntes	17,3	17,6	17,2	18,2	0,9	7,8	5,9
Aquisição Bens e Serviços	5,5	5,4	5,2	6,2	0,7	3,9	23,9
Juros	4,3	2,7	2,6	2,8	-1,4	0,0	11,8
Investimento	1,8	2,0	2,2	3,2	1,3	6,1	37,8
Saldo Orçamental	-0,4	0,6	1,3	0,2	0,5	-	-

Nota (*): exclui 2020-2022, anos afetados pela pandemia. Para 2023, receita ajustada da transferência do Fundo de Pensões da CGD para a CGA. Fonte: BPI Research, com base nos dados da EO.

Banco BPI, SA - 2026

Teresa Gil Pinheiro

e-mail: teresa.gil.pinheiro@bancobpi.pt

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO “NOTA BREVE”

A “Nota breve” é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (DF-EEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.